



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
REITORIA - DIRAV - Comissão Própria de Avaliação

**ATA DA 132ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) REUNIÃO Nº 07/2022 -  
ORDINÁRIA**

Às dez horas do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e dois, realizou-se a centésima trigésima segunda reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA), reunião 7/2022, em caráter ordinário, no anfiteatro Escadinha - sala 4118 - Faculdade de Engenharia - com a presença dos seguintes membros: a representante do corpo técnico-administrativo em educação, Sônia Maria Ferreira Azalim (presidente); os representantes docentes Alexandre Haruiti Anzai (vice-presidente), Cláudia Rodrigues Castro, Fernando Eustáquio de Matos Junior, Laura Hora Rios Leite, Leonardo Golliat da Fonseca, Renata Bittencourt Procópio; o representante da sociedade civil, Sílvio Rogério Fernandes; o representante discente da graduação Carlos Alexandre de Almeida Pires. Para registro, foram justificadas as ausências dos membros: Fernanda Destro Tonelli, Luísa de Paula Ribeiro, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, Michèle Cristina Resende Farage, Pâmela Souza Almeida Silva Gerheim e Simone Cristine Araújo Lopes. **ORDEM DO DIA I.1** Aprovação da ata da reunião realizada em 18 de maio de 2022. Colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. **I.2 Homologação do ad referendum da indicação de representantes da CPA na Comissão Geral de Dimensionamento da Força de Trabalho da UFJF.** A Presidente informou que apenas a professora Pâmela se manifestou, então indicou a si mesma como suplente e a profª Pâmela como titular. Colocada em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade. **I.3 Apreciação da proposta de instrumento para avaliar o eixo 2.** A Presidente comunicou que sua equipe seguiu a mesma estrutura de trabalho da equipe que elaborou o instrumento anterior (aquele que avaliou o eixo 4 em 2021), tendo se baseado no roteiro de autoavaliação de 2004 e no instrumento de credenciamento do Inep de 2017, além de consultas a instrumentos de outras instituições de ensino superior. A Presidente pontuou que na elaboração do instrumento não levou em consideração o PDI, considerando que o PDI vigente começou a vigorar a partir de 19 de maio deste ano. O representante da sociedade civil, Sílvio, perguntou se a avaliação iria utilizar o PDI antigo. A Presidente explicou que, como não foram propostas questões relacionadas a ações muito específicas, isso não seria muito relevante, pois não houve mudanças drásticas nas políticas institucionais. A Presidente observou que ainda não houve tempo de implementar a maioria das ações do PDI atual, não sendo possível, então, serem percebidas pela comunidade. A Presidente opinou que o esperado é que os servidores conheçam o PDI; no entanto, mesmo que seja importante que os alunos conheçam esse instrumento de gestão, sabemos que não é essa a realidade, que muitos não conhecem nem mesmo o regulamento acadêmico (RAG). O discente Carlos, que é também membro do Diretório Acadêmico da Engenharia, enfatizou que muitos alunos não têm ciência de seus direitos. A Presidente perguntou se os membros conseguiram avaliar a proposta inicial que enviou por e-mail e informou que foram poucas questões propostas, assim como determinado em reuniões anteriores, para deixar mais espaço para o Eixo 3, que é bem extenso. A profª Laura considerou que o questionário ainda estava com muitas questões e opinou que deveriam ser englobados mais tópicos na mesma questão. A Presidente explicou que, às vezes, o respondente pode ter posicionamentos diferentes para tópicos diferentes, assim seria complicado agrupar tudo na mesma questão. A Presidente refletiu que quando fossem separadas as questões entre os públicos, o número iria reduzir e disse que a forma de perguntar deveria ser diferente para cada público, tanto para tornar o questionário o mais compreensível possível quanto para se obter uma resposta mais adequada e com potencial de trazer um retorno mais efetivo. Assim, pode-se utilizar o vocabulário do instrumento do Inep no questionário direcionado para os servidores, pois eles devem conhecer o PDI e as políticas nele pactuadas; entretanto, para os alunos, seria mais viável perguntar se têm conhecimento das ações implementadas. O Vice-Presidente concordou, e o prof. Leonardo afirmou que, perguntando dessa forma, poderiam ter uma ideia sobre o funcionamento das ações, uma vez que a percepção de alunos e servidores é diferente. A

Presidente perguntou como ficaria a compilação dos dados para apresentação de resultado. O prof. Leonardo perguntou se iria ser na escala de respostas de 1 a 5. A Presidente confirmou que essa era a proposta. O prof. Leonardo refletiu sobre como poderiam elaborar uma questão para extrair uma informação útil para diferentes segmentos. Como exemplo, sugeriu perguntar aos alunos se eles conheciam/ participavam de projetos de extensão; ao professor, se ele solicitava projetos; e ao TAE, se o processo de implementação funcionava. A Presidente opinou que seria melhor separar um questionário para servidor e um para estudante, sendo que o último seria diferenciado entre ensino superior e ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O prof. Leonardo perguntou se seria a mesma pergunta para cada segmento ou se haveria variação. A Presidente explicou que haveria variação quanto à forma de perguntar e quanto à pertinência da pergunta; informou que a equipe pensou em criar blocos de questões próprias para cada dimensão. A prof<sup>a</sup> Laura opinou que, como o formulário era genérico e para vários públicos, deveriam usar uma questão padrão e, caso precisasse, poderiam fazer um pequeno ajuste. A Presidente observou que seria complicado utilizar esse método para os estudantes, pelo menos no que se refere ao PDI. O prof. Fernando perguntou se seriam desenvolvidas perguntas específicas para cada perfil da comunidade acadêmica em relação ao PDI; e, se o respondente teria que responder às outras perguntas, ainda que não tivesse conhecimento. A Presidente explicou que a proposta inicial é realizar três instrumentos diferentes: um para servidor, um para aluno de graduação e de pós-graduação, e um para alunos de ensino médio e EJA - sendo que, para os alunos, deveriam perguntar sobre as ações e não sobre o alinhamento do PDI com as políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. O prof. Fernando concordou que dessa maneira o aluno conseguiria responder a partir do impacto percebido das ações. A Presidente comentou que, em sua opinião, as questões exclusivas para EaD não seriam adequadas para os alunos da modalidade presencial e que deveriam desenvolver questões próprias para esse público. A Presidente informou que a equipe não encontrou outros instrumentos com essas questões, então ainda não conseguiu elaborar essas perguntas. O discente Carlos comentou sobre a obrigatoriedade do cumprimento de 10% de carga horária em atividades de extensão nos cursos, inclusive para os alunos do EaD. A prof<sup>a</sup> Cláudia opinou que não caberia à CPA fazer uma análise minuciosa, deveriam apenas apurar se determinadas políticas estão em funcionamento para que os gestores possam corrigir o que o instrumento apontar. O prof. Leonardo perguntou se a ideia era criar um grupo de questões específicas para conhecer a percepção dos estudantes EaD ou se buscavam saber a percepção da comunidade sobre as ações do EaD. A prof<sup>a</sup> Laura perguntou se não caberiam os dois estilos de pergunta. O representante Silvio analisou que, como o EaD pertencia à UFJF, suas percepções deveriam estar presentes no instrumento. O prof. Fernando sugeriu perguntar a percepção do estudante de EaD em relação aos impactos das ações propostas no PDI em sua realidade, mas opinou que deveriam perguntar também como a comunidade acadêmica percebe o EaD. O prof. Fernando refletiu que o público que não fazia parte do EaD poderia ter uma oportunidade de conhecer e as respostas coletadas poderiam servir para trabalhar estratégias futuras. O representante Silvio concordou com o prof. Fernando e acrescentou que o EaD não é apenas um apêndice da universidade. A Presidente lembrou que a equipe da prof<sup>a</sup> Laura deveria apresentar seu instrumento, relativo ao Eixo 3, dentro de 15 dias. A Presidente sugeriu que pré-agendassem a próxima reunião extraordinária, cujo único item de pauta deveria ser o instrumento e informou que sua equipe continuaria se reunindo para aprimorar as questões. Dessa forma, ficou pré-agendada uma reunião para o dia 15 de julho, sendo que será feita uma enquete na semana anterior para confirmação. **I.4 Meta-avaliação.** A Presidente passou a palavra para a prof<sup>a</sup> Cláudia, que se disponibilizou para fazer a capacitação dos membros em relação à meta-avaliação. A prof<sup>a</sup> Cláudia informou que sua equipe ainda não tinha se reunido para discutir sobre o tema, mas se colocou à disposição para liderar a tarefa. Além disso, pediu para que agendassem uma reunião extraordinária para definir como trabalhar o tema, haja vista que deveriam comprovar esse processo para órgãos reguladores. A sugestão foi que fizessem uma instrumentalização da meta-avaliação feita a partir da percepção dos membros quanto aos instrumentos aplicados; poderiam aplicar entre os membros um formulário simples e discursivo e, posteriormente, conversar sobre o tema em uma oficina. A prof<sup>a</sup> Cláudia observou que caso haja urgência, poderiam encaminhar essa solução, mas que, em sua opinião, a CPA merece uma meta-avaliação mais tranquila, seguindo o processo. O vice-Presidente perguntou se a auditoria exigiu uma meta-avaliação no Relatório que enviou para a CPA em 2017. A Presidente negou e explicou que o relatório atual é sobre o plano de ações com o qual a CPA se comprometeu no RAAI 2020 (especialmente uma confirmação de participação na elaboração do PDI e de implementação dos instrumentos de coleta). O vice-Presidente argumentou que se auditoria não fez exigências, poderiam

fazer a meta-avaliação sem pressa. A Presidente esclareceu que auditoria só faz essas recomendações quando audita o setor, e mantém o acompanhamento até que as recomendações sejam atendidas ; A profª Cláudia afirmou que existia uma exigência para seguir o ciclo completo da avaliação, cujo último momento era compreendido pela autoavaliação. No entanto, como era um processo, não precisariam parar e avaliar, já que fazemos isso durante todo o trabalho. O prof. Fernando concordou com a profª Cláudia que deveriam respeitar o processo como um todo. A Presidente perguntou para a profª Cláudia qual seria o encaminhamento sugerido. A profª Cláudia explicou que a CPA sempre fez a meta-avaliação ao longo do percurso e que, considerando que os processos de atuação, de discussão e de reflexão na CPA são constantes. Assim, propôs que, em qualquer ocasião de cobrança, retirassem o processo de meta-avaliação das próprias atas e dos instrumentos já aplicados. Colocado em votação, o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. **II. Assuntos gerais.** A Presidente passou a palavra para a profª Laura comentar sobre a resposta do ofício que foi enviado solicitando informações sobre a pesquisa. A profª Laura informou que perguntaram aos setores suas percepções sobre os resultados do questionário do ano de 2021 e que obtiveram respostas variadas. A Proplan respondeu brevemente e passou a impressão de não haver entendido a proposta. A resposta da Progepe foi mais satisfatória e incluiu sugestões de ações, questionamentos sobre resultados e justificativas. A profª Cláudia sugeriu uma conversa com a Proplan que servirá tanto para explicar sobre o retorno esperado do setor quanto para aproximar buscar maior aproximação entre avaliação e gestão. A Presidente concordou e disse que tentaria articular isso. A profª Laura apontou que deveriam se reunir para pensar na divulgação das respostas. Nada mais havendo a se tratar, a Presidente encerrou a reunião. Eu, Luísa de Paula Ribeiro, redigi esta ata, que é assinada por mim, pela Presidente e pelo Vice-Presidente. Juiz de Fora, 19 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Ferreira Azalim, Presidente**, em 15/08/2022, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Haruiti Anzai, Professor(a)**, em 16/08/2022, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paula Ribeiro, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj ([www2.uffj.br/SEI](http://www2.uffj.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0907203** e o código CRC **A9DD08F4**.